



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2013. (Do Sr. Nilson Leitão)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, informações sobre a existência, o andamento e a conclusão das investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, as informações abaixo elencadas, sobre as investigações para apurar os graves fatos noticiados que ensejaram a saída do Senhor Carlos Lupi do Ministério do Trabalho e Emprego.

- a) Quais providências administrativas e judiciais foram efetivamente tomadas com relação aos envolvidos. Indicar a conclusão e o nº dos processos;
- b) Quais providencias e os respectivos resultados em relação à devolução de valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados;
- c) Que medidas foram efetivamente adotadas pelo Governo Federal para aperfeiçoar os mecanismos de controle e correção das falhas apontadas, objetivando evitar a repetição dos atos de corrupção; e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- d) Relação dos nomes, cargos e lotação dos envolvidos nas denúncias que ainda ocupam cargo ou função pública, seja na administração direta ou na indireta.

JUSTIFICAÇÃO

O início do governo da Presidente Dilma Rousseff foi marcado por denúncias de corrupção e malversação dos recursos públicos envolvendo alguns de seus ministros, o que ensejou as “supostas” faxinas ministeriais e consequentemente a troca de pessoas na gestão do governo.

Em reportagem feita pela Revista Veja Online do dia 5 de novembro de 2011, os repórteres afirmaram que “Relatos de diretores de ONGs, parlamentares e servidores revelam que caciques do PDT transformaram órgãos de controle da pasta em instrumento de extorsão”.

As denúncias, extremamente graves, tiveram ainda depoimentos e mesmo fotos e vídeo do que ocorria, como quando a reportagem cita que “uma dessas organizações era comandada por Adair Meira, que, conforme revelou VEJA, pagou o avião usado por Lupi em uma viagem ao Maranhão em 2009. A princípio, o ministro negou que tenha viajado no avião King-Air providenciado por Meira. Fotos e vídeo, porém, desmentiram o ministro. VEJA mostrou também que assessores do ex-ministro cobravam propina em troca de liberação de registro sindical”.

O esquema funcionaria de maneira até simples, uma vez que, nas palavras da reportagem, “primeiro o ministério contrata entidades para dar cursos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de capacitação profissional, e depois assessores exigem propina de 5% a 15% para resolver 'pendências' que eles mesmos criam".

Após desmentidos e tentativas frustradas de refutar as acusações, o então Ministro, Senhor Carlos Lupi, acabou por deixar o Ministério.

No entanto, transcorridos mais de dois anos da ocasião dos fatos, novos fatos vieram à tona.

O jornal ***O Estado de S. Paulo*** do dia 10 de setembro de 2013 publicou matéria informando que a "Polícia Federal desbaratou esquema de fraudes em contratos para prestação de serviços e realização de obras, que pode ter causado prejuízo de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos federais".

Consta da matéria:

Ação da PF envolve nº 2 do Ministério do Trabalho ESTADO – 10/9/13

A Polícia Federal desbaratou esquema de fraudes em contratos para prestação de serviços e realização de obras, que pode ter causado prejuízo de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos federais, estaduais e de municípios de 11 Estados e do Distrito Federal. Em Brasília, o secretário executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, foi conduzido à PF, ouvido e liberado. Entre os envolvidos está Simone Vasconcelos Reis Lobo Vasconcelos, condenada por envolvimento no mensalão. O MTE anunciou a exoneração de dois funcionários, mas manteve o secretário executivo.

Fábio Fabrini e Marcelo Portela

Uma operação da Polícia Federal desbaratou ontem esquema que pode ter causado prejuízo de mais de R\$ 400 milhões aos cofres públicos aos cofres públicos federais, estaduais e de municípios de 11 Estados e do Distrito Federal por meio de fraudes em contratos para prestação de serviços e realização de obras. Em Brasília, o secretário executivo do Ministério do Trabalho, Paulo Roberto dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Santos Pinto, foi conduzido coercitivamente à PF, ouvido e liberado.

Paulo Roberto era secretário executivo da pasta na gestão de Carlos Lupi (PDT) e voltou ao cargo na gestão do atual ministro, Manoel Dias. Foi ainda ministro interino da pasta entre dezembro de 2011 e maio de 2012. Na lista de envolvidos ainda estão Anderson Brito, assessor de Dias; o presidente do Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania (IMDC) Deivson Oliveira Vidal; Simone Vasconcelos, ex-diretora financeira do empresário Marcos Valério e condenada no mensalão além de servidores públicos empresários e ex-prefeitos.

O ministério divulgou nota no início da noite informando que Brito e outro servidor da pasta foram exonerados, mas o secretário executivo permanece no cargo.

O coordenador de Operações Especiais da Controladoria-Geral da União (CGU), Israel José Reis Carvalho, afirmou que já foi identificada movimentação de R\$ 200 milhões nas contas do IMDC nos últimos cinco anos. "Desses R\$ 200 milhões Já avaliamos R\$ 70 milhões, E desses, RS 55 milhões é prejuízo garantido:"

O presidente da IMDC, Deivson Vidal, amealhou patrimônio que inclui mansão, carros de luxo e várias empresas. Num banco, teria R\$ 6 milhões.

Paulo Roberto e Simone prestaram depoimento e foram liberados em seguida, enquanto os demais foram presos. Ao todo, a Justiça Federal em Minas Gerais expediu 101 mandados, sendo 25 de prisão temporária, 12 de condução coercitiva, 44 de busca e apreensão e 20 de sequestro de bens, Até o fim da tarde de ontem a PF não havia conseguido cumprir três mandados de prisão e um de condução coercitiva.

Durante a Operação Esopo, 240 agentes apreenderam cerca de R\$ 500 mil em dinheiro, carros de luxo e um helicóptero. "Tudo fruto do dinheiro fácil, que deveria necessariamente atender à população carente", disse o coordenador da operação, delegado Marcelo Freitas. As buscas e apreensões foram feitas no próprio ministério, no Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene) e na Federação das Indústrias do Estado de Minas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gerais (Fiemg). Segundo a PF, Paulo Roberto teria favorecido o IMDC ao determinar que a CGU o retirasse do cadastro de impedidos de contratar com o setor público. A assessoria da pasta disse ontem que Paulo Roberto não falaria.

Anderson Brito, assessor de Manoel Dias, é suspeito de receber propina para cuidar dos interesses da entidade no ministério. Segundo a PF, ele procurou a corporação em Minas para denunciar suposta ameaça de morte. "Posteriormente, aquele que o ameaçava confessou ter sido contratado por Deivson Vidal para reaver a importância de R\$ 200 mil, paga em toca de "serviços" que, ao final, não se concretizaram", diz o relatório da Polícia Federal.

Propina. Segundo a PF, as escutas revelam o "esforço" do assessor em fazer com que a entidade firmasse parcerias com a pasta. A entidade investigada, prossegue, assediava agentes públicos, não raro mediante o pagamento de propina, para obter recursos públicos. Depois, superfaturava os serviços ou sequer os prestava.

A PF afirma haver indícios de fraude em todas as contratações da entidade.

"Uma vez firmado o contrato, os serviços não eram prestados ou prestados em valores absolutamente superfaturados, permitindo um lucro aos dirigentes da Oscip que retornava em forma "de propinas a prefeitos ou servidores públicos", afirmou o delegado. "Há convênios em que 100% dos recursos foram desviados."

<https://conteudoclippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2013/9/10/acao-da-pf-envolve-no-2-do-ministerio-do-trabalho>

Sabidamente, a Controladoria-Geral da União - CGU é o órgão do Governo Federal responsável por assistir direta e imediatamente ao Presidente da República quanto aos assuntos que, no âmbito do Poder Executivo, sejam relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

prevenção e combate à corrupção e ouvidoria. Ademais, não há como dissociar o clamor dos brasileiros nas ruas contra a corrupção da cobrança de uma resposta concreta dos fatos apurados.

Dessa forma, diante da relevância do caso e da competência institucional do Congresso Nacional, bem como a competência do parlamentar na fiscalização de todos os atos do Executivo, solicito o envio do referido requerimento de informação ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União, Senhor Jorge Hage Sobrinho, para que possa responder as informações ora pleiteadas.

Sala das Sessões, em de setembro de 2013.

Deputado **NILSON LEITÃO**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-MT